

Carlos Rodríguez Casillas

“La ley de las armas. La guerra en el marco de la Extremadura del periodo Trastámara (1369-1504)”

**Badajoz: Diputación de Badajoz, 2022, 385 pp.
ISBN: 978-84-7796-343-1**

A obra que aqui se apresenta corresponde à versão publicada da tese de doutoramento de Carlos Rodríguez Casillas, defendida na Universidad de Extremadura em finais de 2019, e distinguida com um Accésit no II Prémio da Asociación Española de Historia Militar para teses de doutoramento (2021). O autor tem desenvolvido o seu trabalho na área da história militar da Baixa Idade Média há mais de uma década, com foco particular na Extremadura castelhana, destacando-se, na sua prolífica bibliografia, as monografias *D. Alonso de Monroy. Maestre de Alcántara y señor de la guerra* (2013) e *A fuego e sangre. La guerra entre Isabel la Católica y Doña Juana en Extremadura (1475-1479)*, publicada no mesmo ano, e *La batalla campal en la Edad Media* (2018).

O estudo da guerra no espaço extremeño e as suas consequências, bem como as vicissitudes políticas que a motivam e controlam, mereceu alguma atenção por parte dos investigadores, nomeadamente José Luis del Pino Garcia e Juan Luis de la Montaña Conchiña. Contudo, existia uma necessidade historiográfica em preencher o vazio relativamente à análise objetiva do território de um ponto de vista global, centrada na compreensão do fenómeno bélico numa área geográfica que constitui um “laboratório” privilegiado para o seu estudo. De facto, nos quase 150 anos que abrangem o quadro cronológico deste livro, foram muitos os episódios de natureza diversa que assolaram a Extremadura: crises dinásticas, lutas pelo controlo de ordens militares, guerras civis ou conflitos nobiliárquicos. Esta variedade permitiu ao autor traçar um perfil dos vários momentos em que ocorreram episó-

<http://www.journal-estrategica.com/>

dios de violência organizada, onde procurou identificar padrões (ou alterações) de comportamento por parte dos intervenientes, as soluções e as respostas encontradas consoante os problemas de natureza tática e estratégica com que se depararam.

Este trabalho está organizado em cinco grandes blocos temáticos: a Extremadura como objeto singular para o estudo da guerra na Baixa Idade Média (pp. 33-42); a guerra como um mal endémico da região (pp. 43-112); os combatentes e a forma de prestação de serviço militar (pp. 113-172); a prática bélica (pp. 173-284); e, por fim, um último capítulo onde se abordam as implicações da guerra sobre o tecido económico, social e demográfico neste espaço geográfico (pp. 285-318). Os capítulos encontram-se subdivididos em títulos de menor dimensão, o que facilita a consulta da obra e funciona como um fio condutor. Antes de desenvolver estes temas, no prefácio (pp. 19-32), à guisa de introdução, o autor demonstra a pertinência do estudo global da guerra medieval, contrariando a tendência (quase) generalizada do séc. XX, onde a análise se circunscrevia maioritariamente à descrição de eventos concretos e cristalizados no tempo, sobretudo de batalhas campais. Ao invés, o seu manifesto passa por entender a guerra medieval como fenómeno intrínseco à sociedade da época, omnipresente, e, conseqüentemente, indissociável da mesma. Também nos parece pertinente a inclusão, neste ponto, de uma parte em que se enunciam as fontes utilizadas, descritas com grande rigor.

No primeiro capítulo o autor discorre sobre as potencialidades da Extremadura para o estudo da guerra medieval, assinalando a sua condição fronteiriça com Portugal como o fator principal para a instabilidade vivida na segunda metade do séc. XIV. Contudo, não deixa de vincar que o facto de a região se encontrar afastada dos circuitos tradicionais de poder da política castelhana fez com que se delegassem responsabilidades nalguma nobreza local, o que levou a um clima de tensão que culminou no enfrentamento entre várias fações rivais. Alguns destes indivíduos, provenientes de famílias como os Monroy, os Stuñiga, os Cárdenas ou os Solís, seriam os grandes protagonistas no panorama regional da segunda metade do séc. XV, com as suas lutas a estenderem-se à posse dos mestrados das ordens militares de Alcántara e Santiago.

Em seguida aborda-se de forma sumária, mas precisa, os enfrentamentos com implicação direta na região, desde logo os conflitos com Portugal, começando pelas três Guerras Fernandinas (1369-1382), pas-

sando pelo posterior conflito motivado pela crise dinástica ocorrida por morte do rei português, D. Fernando (1383), cujo epílogo só chegaria em 1411, com a assinatura do tratado de Ayllón, ainda que o ano de 1400 tenha marcado objetivamente o fim do prélio. Por fim, no que às guerras entre os dois vizinhos ibéricos diz respeito, mencionam-se as hostilidades relacionadas com a sucessão de Henrique IV de Castela (1475-1480), sendo evidentes as clivagens internas na nobreza regional que dividiu o seu apoio entre a causa portuguesa e a legitimidade da princesa Isabel, posteriormente rainha. Também é interessante verificar os jogos de poder protagonizados pelos tios do rei João II de Castela, com muitas movimentações militares, particularmente na zona de Albuquerque (1429-1432), ou o clima de evidente crispação entre a nobreza que começa a subir de tom no final do seu reinado.

Mencionados os episódios, o próximo momento passou por analisar as formas de recrutamento e serviço militar na Extremadura medieval. Este ponto apresenta um elevado grau de complexidade, como o autor bem assinala, porque trata de um tema muito debatido pelos historiadores, intrigados pelo número de efetivos das hostes medievais ou, neste caso em concreto, pela capacidade militar do território extremenho. Veja-se o caso da cidade de Trujillo que, em 1485, conseguia mobilizar 2000 homens. Em relação às milícias concelhias, tiveram um papel bastante ativo durante as campanhas do séc. XV e, somando os vassallos de *acostamiento*, os homens da *Hermanidad General*, as mesnadas da nobreza, as forças das ordens militares e até a inclusão de criminosos e condenados, depressa chegamos à conclusão que se tratava de uma sociedade altamente militarizada, uma característica que era transversal a todos os estratos sociais.

O quarto capítulo, por sinal o mais longo do livro, trata os aspetos práticos da atividade bélica, abrangendo todas as ferramentas que se encontravam à disposição dos comandantes medievais. Sem nos querermos alongar muito para não sobrecarregar o leitor, conquanto esta temática nos interesse sobremaneira, sublinhamos duas ideias que nos parecem fundamentais: a primeira, prende-se com a assertividade com que Carlos Rodríguez Casillas examina as ações de devastação - um fenómeno típico da guerra de fronteira -, rompendo com ideias anteriores de que se tratavam de operações meramente destinadas ao saque e à destruição, reconhecendo-lhes uma utilidade estratégica, indo assim ao encontro do que já foi defendido por Clifford Rogers e Francisco García Fitz, entre ou-

tros; um segundo ponto diz respeito ao pioneirismo no estudo da guerra urbana, já discutida em publicações anteriores do autor, mas que se nos afigura como uma linha de investigação interessante. Não obstante o que acabámos de referir, manifestamos as nossas reservas em relação à batalha de Guadapero, possivelmente travada junto a Olivença, em 1476. Compreende-se o porquê da sua utilização como exemplo paradigmático, visto que as forças de Alonso de Monroy terão contado com uma unidade de espingardeiros a cavalo, uma inovação para a época. Do ponto de vista das fontes, o episódio apenas foi relatado por Alonso de Maldonado na sua *Vida e historia del maestro de Alcántara don Alonso de Monroy*, não sendo referido por mais nenhuma fonte portuguesa ou castelhana. Em contrapartida, o (exagerado) número de efetivos enunciados pelo cronista, especialmente os portugueses, estão muito inflacionados para o contexto estratégico em questão, uma vez que o sistema defensivo português se encontrava bastante enfraquecido. Possivelmente não terá sido mais do que uma simples escaramuça entre um pequeno contingente português e as forças de Alonso de Monroy, tendo o evento sido ampliado na sua importância pelo biógrafo do claveiro. Quanto à utilização de espingardeiros a cavalo, acreditamos ser possível, apesar de a sua primeira aparição em combate ser geralmente atribuída às tropas do *condottiero* Camillo Vitelli, em finais do séc. XV.

O último capítulo, sugestivamente chamado “cicatrices da guerra”, debate o rasto deixado pelos conflitos, um pesado fardo para os não combatentes, com grande impacto nas atividades económicas da região e, acima de tudo, na sociedade da época, marcada por uma forte componente rural. Fica demonstrado, de forma clara e evidente, a quebra da atividade pecuária, o endividamento das populações e a conseqüente quebra económica, a disrupção dos circuitos comerciais e a destruição generalizada de propriedade pública e privada.

Por fim, julgamos ser importante destacar as conclusões apresentadas pelo autor: a) o crescente processo de senhorialização que a Extremadura castelhana vai sofrer a partir do séc. XV contribuiu para o aumento dos conflitos na região, fruto dos enfrentamentos inter-nobiliárquicos, mas também devido à revolta de algumas elites locais que recusavam perder influência no xadrez político regional; b) a quase total militarização da sociedade, através da posse obrigatória de armas e cavalos, conforme o seu estatuto socioeconómico, que esteve na génese dos primeiros exércitos modernos castelhanos e cujos intervenientes

viriam a combater em Granada, na Itália, em França ou na América; c) a desordem político-social provocada pela guerra, através do rasto de destruição deixado pelas hostes medievais, em grande parte promovida por indivíduos que desempenhavam cargos de responsabilidade, como era o caso dos alcaides e dos capitães; d) a utilização dos assaltos, alguns deles noturnos, como elemento surpresa na tomada de pontos estratégicos, um recurso interessante porque pouco oneroso do ponto de vista dos efetivos, o que permitia evitar as incertezas propiciadas pelos longos assédios; e) um conhecimento profundo da guerra por parte dos comandantes militares, com algumas inovações no domínio da cavalaria e da infantaria e, acima de tudo, o reconhecimento da existência de uma conceção de estratégia militar, com claros sinais de preparação metódica de operações e campanhas, o que é verdadeiramente indicativo de que estas ações não dependiam do acaso ou do capricho pessoal do guerreiro medieval.

Para além de tudo o que foi referido, a obra possui instrumentos que auxiliam a compreensão dos dados referidos pelo autor, denotando cuidado na elaboração de quadros, tabelas, mapas e gráficos. Na parte final encontra-se um apêndice documental que muito enriquece o volume, apresentando-se a transcrição de treze documentos inéditos provenientes de vários fundos arquivísticos espanhóis. Como complemento, inclui-se ainda um pequeno apêndice gráfico. A bibliografia revela um conhecimento aprofundado sobre o tema, notando-se que o autor teve a preocupação de proceder à sua atualização, enriquecendo-a com títulos recentes que ainda não estavam disponíveis no momento da composição da versão policopiada.

Desengane-se quem pense que este se trata de um estudo cuja importância se esgota meramente no panorama regional; longe disso. As questões que levanta e as conclusões que anuncia são importantes para o conhecimento da guerra na Baixa Idade Média castelhana como um todo, mas também o são para a compreensão do relacionamento político-militar com o espaço português, nomeadamente com o Alentejo do mesmo período. Tão pouco podemos dizer que se trata de um simples ensaio de história militar, uma vez que compreende a interligação de elementos de história social, económica e, em certa medida, das mentalidades. O modelo que emerge desta reflexão revela comportamentos que correspondem, em traços gerais, à realidade observada no lado português para a mesma cronologia. Por outro lado, demonstra claramente que

as guerras civis castelhanas também tiveram um profundo impacto na sociedade portuguesa fronteiriça da época, como se atesta pelas depredações levadas a cabo em Campo Maior pelas forças dos denominados infantes de Aragão. Este aspeto é bastante significativo porque permite complementar as poucas informações dadas pelas fontes portuguesas a este respeito.

No geral, a singularidade do tema, a abrangência das fontes e a discussão aprofundada do questionário proposto faz com que este trabalho se torne numa obra de referência para todos aqueles que se debruçam sobre a guerra medieval e as relações político-militares internas e transfronteiriças, pelo que somos levados a crer que depressa se tornará num marco da historiografia espanhola e, sobretudo, ibérica.

João Rafael Nisa
(CHSC, Universidade de Coimbra)